



JORNAL DA CIDADE

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2013 A DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A juíza Simone de Oliveira Fraga, da 3ª Vara Cível, determinou em sentença proferida ontem, dia 29, que a Avenida Beira-Mar, no trecho compreendido entre o Iate Clube e a Avenida Anísio Azevedo, no sentido sul/norte, seja interdita pela prefeitura de Aracaju. Também quer que o município e a Emurb adotem medidas emergenciais que façam cessar o risco de destruição da balastrada, calçada e pista de rolamento da Beira-Mar, na área já citada, devendo as obras decorrentes de tais ações serem precedidas de laudo e projeto assinado por técnico competente, com Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), que garanta a eficiência das medidas a serem adotadas.

Na decisão, a juíza também determinou que a PMA e a empresa municipal fiscalizem semanalmente a área delimitada a fim de constatar a evolução da situação da área de risco até que seja iniciada a obra, devendo ser encaminhados os relatórios técnicos ao Juízo para a comprovação. Em caso de descumprimento da sen-

tença, a multa diária a ser paga é de R\$ 5 mil, quantia que deve ser revertida para o Fundo de que trata a Lei 7.347/85. Também ficou marcada para o dia 6 de junho, às 10h30, audiência de conciliação na 3ª Vara Cível, devendo estar presentes além das partes, o perito que realizou o estudo técnico, Emerson Meireles de Carvalho, e o representante legal da Adema.

Antes mesmo de ser de conhecimento público a decisão da magistrada, a Adema realizou na manhã de ontem coletiva para a imprensa, quando o secretário da Administração Estadual do Meio Ambiente, Genival Nunes, deixou claro que o órgão ambiental não está atrasando a realização de uma obra de contenção da maré na Avenida Beira-Mar, na região do Bairro 13 de Julho. Segundo ele, o órgão apenas não vai licenciar a obra sem que antes sejam realizados estudos de modelagem matemática, geológico, entre outros que possam analisar as consequências de um novo molhe no litoral de Aracaju.

“A prefeitura deve convocar a Defesa Civil para

que o órgão se manifeste e tome atitudes de urgência, inclusive, na nossa avaliação, levando em conta a Lei 12.651, no seu artigo oitavo”, declarou o secretário. O artigo 8º da Lei 12.651 possibilita a construção de obras sem licenciamento ambiental de forma emergencial. “Se a Defesa Civil e a prefeitura entenderem que na Avenida Beira-Mar, mais precisamente na região próxima ao Iate Clube de Aracaju, não há condições de passar carro, que mudem a direção do trânsito. Não há nenhum problema com isso. Quem tem que entender que ali há risco ou não, é a relação da prefeitura com a Defesa Civil. E cabe a eles tomarem a atitude mais simples, até que se tenha a modelagem para se fazer uma estrutura mais complexa como essa prevista no projeto apresentado a Adema”, frisou.

Durante a coletiva, o secretário da Adema mostrou através de slides partes do projeto da prefeitura, que prevê a construção do muro de contenção da maré. Mas, afirmou que sem a realização de estudos não há como prever quais seriam as consequências

da obra. “A Adema não tem nenhuma responsabilidade sobre isso, até porque esse é um processo histórico, que vem desde a época da obra de contenção da Coroa do Meio e com a construção do molhe da Atalaia Nova. Então, para aprovar um projeto dessa magnitude, a gente precisa necessariamente de um estudo básico, um estudo ambiental que dê sustentabilidade”, declarou Genival Nunes.

Quando questionado se no projeto da obra a prefeitura de Aracaju informa que há risco iminente de desabamento de parte da Avenida Beira-Mar, o secretário da Adema informou que há um decreto municipal, dizendo que a obra é de urgência, mas que não possui nenhum parecer técnico de que poderia haver o desabamento. “Então nós pedimos esse parecer, e esse parecer veio cerca de dez dias depois, é um parecer muito interessante, só que foi baseado no aspecto visual. Não teve sondagem na pista, a não ser a sondagem do rio. É preciso ver se é um parecer validado, ou não pela Defesa Civil”, concluiu.

Genival Nunes teme que com a construção de um molhe na Avenida Beira-Mar, parte da água que deixaria de bater na região, possa invadir a Atalaia Nova. "Estariamos tapando um buraco e descobrindo vários outros. Então é preciso ter muita segurança naquilo que a gente faz. Eu não sei quais são as consequências dessa obra, não sei para onde iria essa água que deixaria de bater na Avenida Beira-Mar. É preciso uma modelagem matemática, um estudo técnico de geologia, da dinâmica do rio. Quais seriam as consequências disso? Como vou

dar uma licença sem saber quais são as suas consequências?", questionou.

O secretário afirmou que não é preciso ser engenheiro para entender que se se constrói um barramento, ou um muro em um local onde a água bate com muita frequência, ela vai deixar de bater ali e vai bater em outro lugar. "Temos vários exemplos disso aqui. Na Coroa do Meio, a água foi barrada ali e então a maré foi bater na praça de eventos, destruindo a própria Coroa do Meio, como também a Sarney, logo mais a frente. E isso é natu-

ral", destacou. Um agravante, de acordo com ele, é que na época que foram construídos os molhes da Coroa do Meio, e o da Ilha de Santa Luzia, esse último ficou pela metade.

"E isso traz uma série de problemas para o lado de cá. Então esse da 13 de Julho é mais um muro que estão querendo construir do lado de cá. Não estou dizendo que é ruim, ou que não venha resolver os problemas, mas qual é o estudo que eles têm para dizer as consequências disso? Imagine que eu libere a construção desse muro, daí a água retorne destrua a Barra dos

Coqueiros. E agora? De quem será a culpa?", frisou.

Genival Nunes disse que já entregou à prefeitura uma notificação, solicitando os estudos. "O Ministério Público é o grande fiscalizador da lei, um grande parceiro para a realização de estudos ambientais, e a prova disso é que eu já recebi uma notificação para dizer que tipo de estudo eu pedi ali. Não exigimos o Eia/Rima, pois seria muito mais demorado, levaria mais ou menos um ano para ficar pronto. Exigimos outros estudos, entre eles o de modelagem matemática", explicou.